

VIROU FARRA

O Fies, programa de financiamento do ensino superior, transformou-se numa baderna: faculdades privadas ganham rios de dinheiro e ainda lesam os alunos que dependem da ajuda federal

FERNANDA ALLEGRETTI

QUANDO A CARDIOLOGISTA Re-jane Korndorfer morreu repentinamente, em decorrência de um aneurisma, sua filha, Heloisa, então com 14 anos, decidiu que também seria médica. “No velório, fiquei impressionada ao ver pessoas que haviam sido salvas por ela, em seu trabalho dentro de uma UTI, e estavam lá para prestar as últimas homenagens”, conta. Fiel à decisão que tomara, em 2013 Heloisa passou no vestibular da Universidade Anhanguera-Uniderp, em Campo

Grande (MS). Como as mensalidades à época passavam de 9 000 reais, ela conseguiu que o valor fosse integralmente custeado pelo governo via Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o maior programa federal para incentivar o acesso ao ensino superior. O que para Heloisa deveria ser o início da realização de um sonho acabou virando um pesadelo.

Criado em 1999, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, o Fies foi exponencialmente ampliado na era

petista. Como as vagas na rede pública são insuficientes, o programa cobre, integral ou parcialmente, despesas de graduação em universidades privadas para, em tese, estudantes de baixa renda. O aluno só começa a pagar o financiamento um ano e meio depois da formatura (*leia mais sobre o funcionamento do fundo na pág. 86*).

O pesadelo de Heloisa, hoje com 21 anos, e de outros estudantes, como Diana Silva, começou no segundo ano, quando passaram a receber boletos

CONTRATO RASGADO Abaixo, o boleto de cobrança extra de Diana Silva. À esquerda, o contrato do Fies com a informação de que a estudante não tem de pagar um tostão do próprio bolso

SisFIES Sistema de Financiamento ao Estudante

Comprovante de Conclusão da Solicitação de Aditamento

Semestre de referência: 2º/2016

CPF: 030.888.888-01

Nome completo: DIANA STEFANI BARGAS SILVA

Data de nascimento: 08/02/1994

Sexo: Feminino

da sen.

Valor da semestralidade COM desconto R\$: 42.983,70

Valor da semestralidade para o FIES R\$: 42.983,70

Valor da semestralidade ATUAL COM desconto R\$: 42.983,70

Percentual de comprometimento da renda familiar: 1,438,05%

Percentual de Financiamento solicitado: 100,00%

Valor a ser financiado no semestre ATUAL com recursos do FIES R\$: 42.983,70

Valor a ser pago no semestre ATUAL com recursos do estudante R\$: 0,00

Valor da mensalidade a ser financiada no semestre ATUAL com recursos do FIES R\$: 7.163,95

Taxa de juros anual: 3,40%

Valor Total do financiamento R\$: 468.000,00

Valor do limite de crédito global R\$: 585.000,00

ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA
CNPJ: 05.808.782/0001-49
AL. MARIA TEREZA, 4266
BAIRRO DOS CORREGOS
13278-181 - VALINHOS - SP

uniderp

Diana Stefani Bargas Silva
Rua: ...
Cidade: ...

Referência: Fev/2016
Nº Documento: 20596
Data de Emissão: 07/09/2016
Vencimento Original: 14/09/2016
Vencimento Atualizado: 07/11/2016
Valor Atualizado: 918,01

Datas Veja aqui o que está sendo cobrado **Valores**

Data	Descrição	Valor
07/09/2016	Contrato Medicina - Semestre 1	Parcela 2/6 11.217,45 (+)
Deduções/Créditos		
07/09/2016	Bolsa de Estudos	3.178,78 (-)
07/09/2016	FIES	7.163,95 (-)
Outros		
07/11/2016	Juros, Multa e Correção (IPCA)	41,29 (+)
		Total: 918,01 (+)



PROBLEMA COMUM

Diana, ao lado de Heloisa Korndorfer: ambas foram cobradas pela universidade, apesar do financiamento de 100%



APONTE A CÂMERA PARA ESTAS PÁGINAS E OUÇA O TEXTO DESTA REPORTAGEM

com cobranças “extras” de suas mensalidades. Isso apesar de serem financiadas 100% pelo Fies. “Eu não tinha de pagar nada à universidade. Mas a secretaria dizia que o valor do Fies não cobria a despesa”, relata Heloisa. Ela chegou a ser impedida de assinar atas de prova por ter se recusado a pagar os tais boletos. No início de 2016, já exausta de cobranças marotas e com a mensalidade chegando a exorbitantes 11 217,45 reais, a terceira mais cara do país, a jovem decidiu concluir os estudos em outro lugar. A título de comparação, na Santa Casa de São Paulo a mensalidade era de 5 500 reais.

A estratégia dos boletos com cobranças adicionais não indignou apenas Heloisa e Diana. Havia centenas de outros estudantes que, mesmo com o Fies, recebiam os boletos. Mais de 200 alunos da Uniderp procuraram a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul. Acabaram obtendo na Justiça uma liminar que proibiu a instituição de cobrar valores extras, mas, em julho de 2016, a decisão foi suspensa pelo desembargador Nélio Stábile. Até hoje o caso aguarda julgamento. A Uniderp alega que o Fies financia até 42 983 reais por semestre, o que fica abaixo do custo semestral do curso de medicina, e que o estudante precisaria arcar com o restante. Balela. O contrato do Fies, reproduzido na página 82, informa claramente o valor adicional que estudantes contemplados pelo programa deveriam desembolsar: zero real.

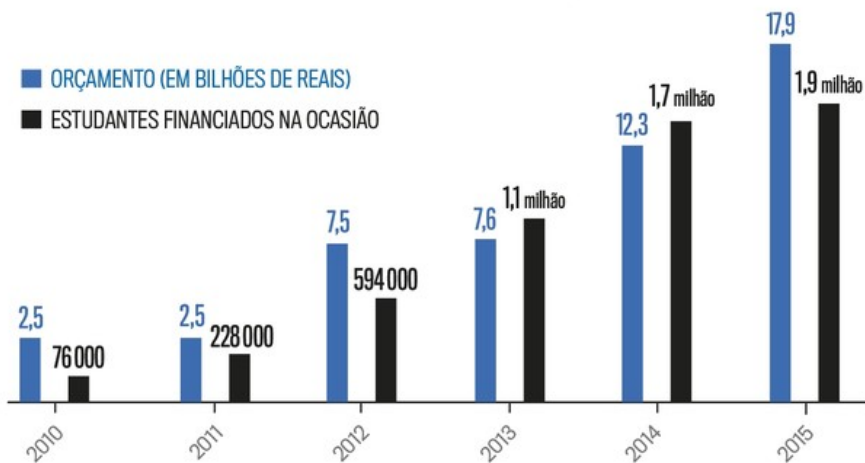
Heloisa, Diana e seus 200 colegas foram vítimas de uma das várias irregularidades promovidas por universidades privadas contra os alunos que recorrem ao Fies, um programa federal que, só neste ano, atenderá 2 milhões de estudantes, ao custo de 21 bilhões de reais. Enquanto lesam os alunos, as instituições ganham muito, muito dinheiro. As universidades brasileiras estão



ELIZEU GONÇALVES VIEIRA, 25 ANOS, E WALTER DA SILVEIRA, 31, estão no quinto semestre de engenharia elétrica da Faculdade Pitágoras de Ipatinga, em Minas Gerais. Silveira tem 100% de sua mensalidade custeada pelo Fies. Vieira paga o curso com recursos próprios. Eles estudam na mesma sala, mas, enquanto o governo desembolsa 1 501 reais por mês para que Silveira conclua seu curso, Vieira paga 769 reais pelo simples fato de ter se cadastrado no site Educa Mais Brasil, cujo presidente é Marcelo Galindo, irmão de Rodrigo Galindo, presidente do grupo Kroton, do qual a Pitágoras faz parte. O Educa Mais Brasil dá bolsas de até 70% a alunos de diversos cursos – desde que não tenham Fies. Diz Silveira: “A faculdade se aproveita. Ela faz reajustes semestrais de quase 15%. Eu me preocupo com a dívida que terei de pagar, devolvendo o que foi financiado pelo Fies, depois de estar formado”.

O AVANÇO DO FIES

Criado em 1999, após o fim do Programa de Crédito Educativo, o Fies cresceu expressivamente entre 2010 e 2015. O gráfico abaixo mostra o aumento no número de alunos financiados e o orçamento nesse período



Fonte: Tribunal de Contas da União

longe do topo dos rankings de excelência, mas é aqui que está instalado o maior grupo do mundo nesse setor em valor de mercado: o Kroton, dono da Uniderp de Heloisa e Diana, é uma potência avaliada em 24 bilhões de reais.

Nos últimos anos, o Kroton cresceu à sombra do Fies. Hoje, seus 120 câmpus espalhados pelo território nacional, do Amapá ao Rio Grande do Sul, atendem 1 milhão de estudantes no ensino superior, mais da metade deles financiada pelo Fies. Só no ano passado, o grupo recebeu 2,5 bilhões de reais. Os números são tão expressivos que chamaram a atenção do Tribunal de Contas da União. Em uma auditoria de 23 de novembro de 2016, o TCU compara o lucro líquido dos quatro maiores grupos educacionais do país entre 2010 e 2015, o período de maior expansão do Fies. O Kroton disparou com um crescimento de 22.130%, bem acima dos demais — Anima (820%), Estácio Participações (565%) e Ser Educacional (483%). Lê-se na página 41 do relatório da audito-

ria: “Não se pode atribuir exclusivamente ao Fies a grande evolução observada nos ganhos auferidos pelas instituições de ensino superior privadas, tampouco se pretende deslegitimar o lucro obtido em atividades regularmente constituídas. Entretanto, não se pode também desconsiderar a importância do Fies para o crescimento do setor privado que explora as atividades de ensino superior no país”.

Em seguida, o relatório apresenta a proporção de alunos dependentes do programa. E o Kroton aparece mais uma vez na dianteira: passou de 11%, em 2010, para 54%, em 2015. O ápice foi em 2014, quando 61% dos seus estudantes eram financiados pelo Fies. O segundo lugar ficou com o Estácio de Sá: 8% em 2011 e 41% em 2015. (O grupo Estácio foi comprado pelo Kroton em 2016, e a fusão aguarda a aprovação do Cade. Se ela for consolidada, o Kroton passará a valer 30 bilhões de reais.) Criou-se, assim, uma excrescência: um programa federal responde por boa parte do orçamento de institui-

ções privadas. Em algumas delas, mais de 80% dos alunos são financiados com dinheiro público. É o caso das Faculdades Pitágoras de Governador Valadares (84%), Feira de Santana (81%) e Maceió (80%) e da Faculdade de Macapá (81%), todas do grupo Kroton.

VEJA entrevistou quase uma centena de alunos que têm ou tiveram financiamento do Fies, grande parte no próprio grupo Kroton, pelo seu tamanho gigantesco. Ali, a reportagem encontrou um leque de irregularidades relacionadas à cobrança das mensalidades. Além dos boletos com cobrança extra, há um brutal superfaturamento dos preços para alunos financiados com dinheiro público. Tome-se como exemplo a Faculdade Pitágoras de Ipatinga, em Minas Gerais. No curso de engenharia mecânica, a mensalidade para os estudantes dentro de uma mesma sala varia de 700 a 1.501 reais. No curso de engenharia elétrica, vai de 769 a 1.501 reais. Sempre quem paga o preço mais alto são os alunos do Fies. As instituições dão diversas explicações para a diferença de preço, mas nenhuma esclarece o seguinte: por que não se encontra um único aluno do Fies pagando o mesmo que seus colegas que bancam a própria faculdade?

A legislação que rege o Fies estabelece que “os encargos educacionais deverão considerar todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição”. Mais que isso: “O Código de Defesa do Consumidor assegura a igualdade nas contratações, ou seja, não se pode cobrar preços diferentes por um mesmo serviço”, diz o advogado Moyses Simão Sznifer, especialista na área. Para burlar a legislação, as instituições concedem descontos bizarros. O veterinário Wesley Pacheco, de 25 anos, que se formou em 2015 pela Unime, em Lauro de Freitas, na Bahia, ganhou 20% de desconto.

Por quê? Porque sua avó era funcionária aposentada do Estado da Bahia. Emanuele Nogueira, 24, estudante de engenharia da Faculdade Pitágoras de Ipatinga, ganhou dois descontos. O primeiro porque ela vinha por meio de transferência de outra instituição, e o segundo porque era associada a um tal de sindicato das indústrias. Elizeu Gonçalves Vieira, 25, também estudante de engenharia da Pitágoras, recebeu 50% de desconto. Por quê? Simplesmente porque se inscreveu num site chamado Educa Mais Brasil, cujo presidente é Marcelo Galindo, irmão do presidente do Kroton, Rodrigo Galindo. O Educa Mais Brasil oferece bolsas de estudo em diversas universidades, mas nenhum dos descontos é repassado a alunos do Fies. A Unime e a Pitágoras integram o grupo Kroton. A VEJA, o Kroton afirmou que os descontos não são “regulares e de caráter coletivo” — razão pela qual não se sente obrigado a concedê-los a quem tem Fies. A suspeita é óbvia: os “descontos” são disfarce para parecer que o preço real é mais alto e poder cobrá-lo do pessoal do Fies.

A disparidade nas mensalidades é um dos indícios de que o Fies é um programa mal gerido e mal fiscalizado, mas há outro efeito perverso, além da infração legal: o endividamento superlativo de milhares de estudantes de baixa renda. Atraídos pelos juros baixos — até o primeiro semestre de 2015 o juro do Fies era de 3,4% ao ano; atualmente, é de 6,5% — e pelo prazo longo para quitar a dívida (o equivalente a três vezes a duração do curso), muitos alunos não percebem o impacto que a dívida terá em sua vida futura. Thiago Carvalho, 19 anos, cursa o quinto semestre de enfermagem na Faculdade de Macapá, no Amapá, com recursos do Fies. A renda mensal bruta de sua família é de 2000 reais. A mensalidade de enfermagem que está sendo financiada pelo

ENTENDA O PROGRAMA

Desde que foi idealizado, o Fies passou por mudanças importantes em suas diretrizes. A última delas ocorreu em 2015, quando o governo se viu obrigado a economizar por causa da crise econômica. Atualmente, o fundo funciona da seguinte forma:



O CAMINHO DO DINHEIRO

1

O governo federal faz pagamentos mensais às universidades privadas para custear integral ou parcialmente as mensalidades dos alunos do programa

2

Os estudantes que não têm o curso financiado totalmente pagam a diferença direto à instituição de ensino. Em junho de 2015, passou a vigorar o sistema de coparticipação. O aluno contribui pagando parte do curso, e o percentual de financiamento é definido com base na renda familiar

3

Depois de se formar, o estudante tem dezoito meses para começar a pagar sua dívida. O prazo para quitar o financiamento é de três vezes a duração do curso. A taxa de juros é de 6,5% ao ano para todos os cursos — até junho de 2015 era de 3,4% ao ano



QUEM PODE REQUISITAR

Alunos com nota igual ou superior a 450 pontos no Enem, que não tenham tirado zero na redação e com renda familiar bruta abaixo de três salários mínimos mensais per capita — até o primeiro semestre de 2015, os estudantes com renda familiar de até vinte salários mínimos podiam pedir o financiamento



QUAIS INSTITUIÇÕES PODEM RECEBER O FINANCIAMENTO

Universidades privadas com avaliação igual ou superior a 3 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O Sinaes leva em conta o desempenho dos estudantes no Enade, a infraestrutura da universidade e a qualidade do corpo docente para atribuir notas que variam de 1 a 5



JOZEMIR LEITE FIGUEIREDO, 24 ANOS, E SÁVIO GOMES, 22, também são alunos da Faculdade Pitágoras de Ipatinga. Ambos cursam o quinto semestre de engenharia mecânica e têm Fies. Por essa razão, pagam a mensalidade mais cara, de 1 501 reais. Na mesma turma de Gomes e Figueiredo, estuda Emanuele Nogueira, 24. A estudante acumula dois descontos: um por ter sido transferida de uma universidade concorrente e o outro por ser associada a um sindicato da indústria. Emanuele paga pouco mais de 700 reais de mensalidade. “Por que pagamos mais para ter exatamente o mesmo serviço?”, questiona Figueiredo. O jovem é o primeiro da família a cursar o ensino superior e, como precisa ajudar os pais, faz bicos como pedreiro sempre que aparece uma oportunidade. “Não conheço nenhum aluno pagante que tenha uma mensalidade tão alta quanto a de quem tem Fies. O direito tem de ser igual para todo mundo”, completa.

Fies é de 1 536 reais. Se usar o financiamento até o fim do curso, ao concluí-lo Carvalho terá uma dívida de cerca de 100 000 reais e, durante quinze anos, precisará arcar com parcelas mensais de pelo menos 700 reais. A maioria dos enfermeiros do setor privado no Amapá ganha entre 1 000 e 3 000 reais. Isso explica, em parte, a extraordinária taxa de inadimplência do Fies. Em 2016, ela chegou a 49%. Nada menos que 26% dos financiados estão com parcelas atrasadas há mais de um ano. O fundo de garantia do Fies, o Fgeduc, cobre apenas 10% da inadimplência.

Com base na Lei de Acesso à Informação, VEJA solicitou o valor do semestre de três faculdades do grupo Kroton em 2015 e 2016. Descobriu que o primeiro semestre das faculdades tinha preços desproporcionais. O semestre de ingresso no curso de educação física da Universidade de Cuiabá em 2015, por exemplo, saía por astronômicos 12 552 reais. Mas, curiosamente, o valor do semestre de ingresso no ano seguinte caía abruptamente para 4 908 reais. O que explicaria tamanha redução? É simples.

Em 2015, o Fies pediu às universidades que informassem o preço de seus semestres de ingresso para que os alunos pudessem escolher os mais em conta. E as instituições foram pegadas de surpresa, com os preços nas alturas. A prosaica exigência de transparência do Fies derrubou os preços em 2016. Mas a malandragem não parou por aí. Logo as instituições perceberam que o Fies estava pedindo a divulgação do valor apenas do semestre de ingresso — e não dos demais. Resultado: entrar no curso de educação física de Cuiabá custava 4 908 reais, mas já no semestre seguinte o valor subiu para 7 248 reais. No terceiro semestre, era de 8 630 — e assim por diante. O mesmíssimo procedimento foi observado no

curso de veterinária da Faculdade de Ciências Agrárias e da Saúde, na Bahia, e no curso de odontologia da Faculdade de Macapá. Questionado, o Krotton diz que houve “uma falha” no sistema do governo. Ou seja: o governo informou que os alunos pagaram 12 552 reais na educação física de Cuiabá, mas, na realidade, ninguém pagou isso tudo. O curioso é que o “erro” do governo foi linear — ocorreu nas três instituições do grupo consultadas pela reportagem de VEJA.

Na avaliação da ministra Ana Araes, do Tribunal de Contas da União, a gestão do Fies é um “descalabro”. Diante dos resultados da auditoria do TCU junto às contas do programa, oito autoridades dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff devem ser convocadas a dar explicações — entre elas, os ex-ministros da Educação Fernando Haddad, José Henrique Paim e Aloizio Mercadante. As suspeitas recaem sobre “pedaladas” promovidas pelas administrações petistas para esconder dívidas com as universidades privadas, o enriquecimento acelerado de grupos de ensino e a concessão indiscriminada de crédito, o que teria levado até estudantes de classe média alta a se beneficiar do programa. Os números são prova do abuso. Entre 2009 e 2015, o Fies fez 1,9 milhão de novos contratos de financiamento. Pela lógica, a rede privada deveria ter registrado, no mínimo, 1,9 milhão de novas matrículas — caso 100% de seus alunos fossem do Fies. Mas registraram-se apenas 900 000 novas matrículas no período. Por quê? É evidente que milhares de estudantes que antes bancavam a faculdade com os próprios recursos resolveram recorrer ao Fies. Daí tantos novos contratos do programa e tão poucas novas matrículas.

Entre 2010 e 2015, podiam requisitar o financiamento estudantes com



GILBERTO SILVA, 46 ANOS (*em pé*), concluiu o curso de fisioterapia na Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará em 2009. Até então, acreditava que o Fies o levaria a ter uma vida melhor do que aquela que seus pais, um pescador e uma empregada doméstica, tiveram. “Eu me via trabalhando com boa remuneração e oportunidade de ascensão profissional. Porém, desde que me formei, só enfrento dificuldades”, conta. Silva começou a quitar a dívida de 24 000 reais que contraiu pelo Fies em maio de 2010. “As primeiras parcelas vieram no valor de 196 reais, mas, um ano depois, saltaram para 357 reais e a dívida, em vez de diminuir, aumentou. Foi para 29 000.” A renda mensal da família é de 1 800 reais. Ainda assim, o fisioterapeuta nunca atrasou uma parcela. Em 2023, se conseguir quitar sua dívida, terá pago 45 650 reais. “Jamais recomendaria o Fies aos meus filhos. É uma farsa, e sinto que jamais vou terminar de pagar.”

renda familiar de até vinte salários mínimos, o que correspondia simplesmente a 98% da população brasileira com idade acima de 17 anos! Nesse mesmo período, o grupo Kroton anunciou em seu site que o Fies poderia até ser rentável para os alunos. Informava: “A taxa de juros é tão baixa que vale a pena contratar, mesmo que você tenha dinheiro para pagar o curso. Se você colocar na poupança o dinheiro que iria usar para pagar a faculdade, acaba tendo lucro”. Era a farra do Fies.

Muito antes de o TCU debruçar-se sobre a questão, o engenheiro Tiago Ring, então analista da Kapitalo Investimentos, começou a pesquisar as distorções do Fies. Em 2013, o rápido crescimento das ações dos grandes grupos educacionais brasileiros chamou a atenção de Ring. Dois anos depois, o analista compilou tudo o que havia levantado em uma apresentação que reunia as falhas do Fies e o comportamento lesivo das instituições de ensino. A VEJA, Ring não quis opinar a respeito do grupo Kroton. Disse ele: “O meu trabalho é procurar boas oportunidades de investimento, e a aposta contra essas empresas de educação me parece boa. Seus lucros vêm de um programa mal gerido pelo governo e por isso são insustentáveis”. A exposição do analista destacava as mensalidades superfaturadas, o sistema de distribuição de vagas, e perguntava sem rodeios: “Por que é que o MEC não escreve explicitamente que o aluno Fies deve ser o aluno de menor mensalidade da classe?”. Claramente, essa simples providência cortaria as malandragens pela raiz. O Ministério da Educação, porém, nem sequer analisa o valor das mensalidades. Em 2015, o Fies podia abrir 21 vagas para engenharia civil em Betim, no interior de Minas Gerais. Abriu vinte vagas na Faculdade Pitágoras, cuja mensalidade

de saía por 1 347 reais. E abriu uma vaga só na faculdade Una, com mensalidade de 960 reais. Os dois cursos tinham a mesmíssima avaliação em termos de qualidade. A apresentação de Ring se disseminou pelo mercado e irritou o Kroton. No fim do ano passado, Ring foi demitido após uma reunião do grupo Kroton com a Kapitalo.

O TCU estima que, mesmo quando os mutuários pagam em dia seu financiamento, o contribuinte arca com 47 reais de cada 100 reais gastos pelo governo. Em 2015, a diferença entre o valor arrecadado pelo Fies e o valor pago às instituições de ensino ultra-

A ministra Ana Arraes, do TCU, classifica a gestão do Fies como um “descalabro”

passou 11 bilhões de reais, em desfavor do governo. Uma prova de que as autoridades estavam a par das arbitrariedades foi a formação de um grupo de trabalho instaurado em março de 2015 para averiguar especificamente a evolução dos preços das mensalidades para o Fies. Havia nele membros da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão que opera o Fies desde 2010. A conclusão deveria sair em sessenta dias. Mas, depois de empurrar de maneira sistemática o prazo, o grupo misteriosamente se desfez.

Para a gestora pública Claudia Costin, diretora global de educação no Banco Mundial, diretora do Centro em Excelência em Inovação e Políticas

Educacionais da FGV-Rio e professora visitante da Universidade Harvard, a solução não é extinguir o Fies: “Ele é um bom programa, mas precisa ser transparente e gerido com eficiência. No Brasil, apenas 14% da população adulta tem ensino superior. Precisamos de mecanismos que ampliem esse acesso”. É natural que seja assim. Todos os países minimamente funcionais financiam de algum modo o ensino superior de seus cidadãos mais desprovidos de recursos. Afinal, esse é um meio de qualificar a mão de obra e elevar o nível intelectual da população. Por isso, como proposta, o Fies é um programa muito bem-vindo.

O atual ministro da Educação, Mendonça Filho, estuda, junto com a Fazenda e a Advocacia-Geral da União, a possibilidade de reaver as quantias pagas em mensalidades superfaturadas. Disse ele a VEJA: “Faremos o que for possível para sanar o rombo do Fies e, ainda neste início de ano, divulgaremos um cronograma para assegurar a sustentabilidade do programa”. O Fies é mais um dos muitos problemas da pasta de Mendonça Filho, que, nos últimos meses, enfrentou denúncias de fraude no Enade — como as apontadas por reportagem de VEJA publicada em outubro — e na aplicação do Enem, além da ocupação de escolas e manifestações contra a reforma do ensino médio. O próprio aditamento do Fies para o primeiro semestre de 2017, encerrado em dezembro, precisou ter o prazo prorrogado duas vezes por causa de problemas técnicos e financeiros. É uma pena, mas o que nasceu como excelente ideia, e tanto ajudou jovens desfavorecidos a abrir as portas da universidade, acabou virando uma farra com os recursos públicos. Com dois resultados visíveis e opostos: é um grande negócio para universidades privadas e uma grande dívida para jovens recém-formados. ■